



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 552756 - RJ (2019/0378161-2)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : ROGERIO FERNANDES PEREIRA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. PREJUDICADA A DISCUSSÃO ACERCA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA, TENDO EM VISTA O TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO.*

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROGERIO FERNANDES PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, proferido no julgamento da Apelação Criminal n.º 0200220-16.2017.8.19.0001.

Consta nos autos que o Paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, além do pagamento de 710 (setecentos e dez) dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 35, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 e 16, *caput*, da Lei n.º 10.826/2003, em concurso material. Na sentença condenatória, o Juízo singular assegurou ao Réu o direito de recorrer em liberdade (fl. 57).

Contra a sentença a Defesa interpôs apelação, que não foi provida. Na oportunidade, o Tribunal local determinou a expedição do mandado de prisão, "*após esgotarem as vias recursais nesta instância*" (fl. 39).

Neste *writ*, a parte Impetrante alega que o Paciente foi condenado pela prática do crime de associação para o tráfico de drogas "*sem a demonstração concreta dos requisitos da estabilidade e da permanência*" (fl. 12).

Argumenta que "[n]ão basta o fato de ter sido preso em local dominado pela facção criminosa porque esta circunstância não conduz necessariamente à conclusão de que os agentes associaram-se de forma permanente a uma sociedade criminosa. E, como se sabe, a habitualidade constitui requisito essencial para a caracterização do citado crime" (fl. 14). Sustenta que o Acusado é primário e que "*não foi encontrado em posse do Paciente um entorpecente sequer*" (fl. 17).

Também assevera que "o mandado de prisão foi expedido apenas como consequência do resultado do julgamento do recurso de apelação, mas não há no bojo do decisum debatido qualquer indicação dos motivos que ensejam o cárcere provisório do Paciente" (fl. 28).

Requer, liminarmente, seja "recolhido o mandado de prisão expedido até que seja julgado o presente writ" (fl. 28). No mérito, pleiteia a absolvição do Paciente.

O pedido liminar foi deferido para impedir a execução provisória da pena imposta ao Paciente (fls. 60-66).

As informações foram prestadas às fls. 74-107, 111-125 e 128-133.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do writ e, se conhecido, pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

Ao condenar o Paciente pela prática do crime do art. 35 da Lei n.º 11.343/2006, o Juízo singular ressaltou o seguinte (fl. 51; sem grifos no original):

*"Não se pode deixar de consignar, ainda, que, as circunstâncias e o local da prisão do réu, o rádio comunicador, a arma de fogo, o carregador e as munições apreendidas, não deixam dúvida que o réu estava associado, de forma estável e permanente, com os demais traficantes não identificados da localidade, para fins de tráfico ilícito de drogas, o que caracteriza o crime do art. 35 da Lei n.º 11.343/2006."*

O Tribunal de origem, por sua vez, manteve a condenação com base na seguinte fundamentação (fls. 35-38; sem grifos no original):

*"Do que se deduz do arcabouço probatório produzido, no dia, hora e local indicados na peça exordial do parquet, policiais militares estavam em patrulhamento na localidade quando se depararam com o Apelante que ao avistar os agentes da lei ingressou em uma residência, localizada na Rua São Miguel, próximo ao número 556, casa 3, Vila América.*

*A entrada no referido imóvel foi franqueada pelo próprio Apelante, local onde foi realizada uma busca e lá encontrada, escondida em um armário uma Pistola calibre .40, da marca Taurus, número de série SIS 58524, com carregador de 12 (doze) munições e 01 (um) Kit Rajadas, além de um rádio transmissor Motorola.*

*[...]*

*Ressalte-se que em sede policial, logo após a prisão do agente criminoso, os depoimentos dos policiais, em razão da proximidade da data dos fatos, foram mais detalhadamente clarificados, onde inclusive apontaram o Apelante como sendo um dos seguranças do traficante Leonardo Oliveira da Silva, vulgo 'Léo Braço', que possui participação ativa no tráfico da localidade.*

*[...]*

*Da mesma forma, que não pairam dúvidas acerca da imputação ao crime de associação para o tráfico, eis que o conjunto probatório demonstrou, através de investigações realizadas pelo Núcleo de Inteligência da UPP, que ele estava associado aos demais traficantes que dominam a comercialização ilícita de entorpecentes na localidade, atuando na segurança do perímetro e também do traficante Leonardo Oliveira da Silva, vulgo 'Léo Braço'."*

Como se vê, as instâncias ordinárias, após exame do conjunto fático-probatório

dos autos, concluíram pela existência de elementos coerentes e válidos a ensejar a condenação do Paciente pelo delito de associação para o tráfico ilícito de drogas, ressaltando a existência do vínculo associativo, bem como a estabilidade e a permanência da associação (o Acusado seria um dos seguranças do traficante que atua no local em que realizada a prisão). Assim, para se acolher a pretendida absolvição do Réu, seria necessário reapreciar todo o conjunto fático-probatório dos autos, o que se mostra incabível na via do *habeas corpus*.

Com igual conclusão, cito os seguintes julgados:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DESCABIDO NA VIA ELEITA DO MANDAMUS. FIXAÇÃO DA PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. POSSIBILIDADE. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DA DROGA APREENDIDA. ART. 42, DA LEI DE DROGAS. DEMAIS TEMAS: APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/06. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA E FIXAÇÃO DE REGIME MENOS GRAVOSO. MATÉRIAS NÃO APRECIADA PELA CORTE LOCAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

[...]

***II - A Corte de origem atestou a prática da associação para o tráfico, os depoimentos dos policiais, as circunstâncias da prisão em flagrante e a quantidade e a natureza da droga apreendida. Afastar a condenação do delito de associação para o tráfico, como pretende a defesa, demanda reexame de provas, medida interdita na via estreita do habeas corpus.***

[...]

*Agravo regimental desprovido"* (AgRg no HC 523.453/ES, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019; sem grifos no original.)

*"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS (4,2 G DE CRACK) E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. ACÓRDÃO CONFIRMANDO CONDENAÇÃO. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA.*

*1. O habeas corpus não se presta a reconhecer a ausência, ou não, de elementos de autoria e materialidade delitiva, pois demanda aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na via eleita. Precedentes.*

*2. Igualmente, a pretensão de absolvição da imputação de associação para o tráfico, ao argumento de que as agravantes não estavam associadas, de forma estável e permanente, na prática reiterada do comércio ilícito de entorpecentes, demanda, também, o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, providência também inviável na via eleita. Precedentes.*

*3. Agravo regimental improvido."* (AgRg no HC 521.937/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 17/09/2019; sem grifos no original.)

De outra parte, o Ministério Público Federal noticiou o trânsito em julgado da condenação, *"sendo expedido o competente mandado de prisão em desfavor do ora paciente, em 3/3/2020, o qual decorre agora de execução definitiva da reprimenda imposta"* (fl. 143). Está

prejudicada, desse modo, a discussão acerca da possibilidade de execução provisória da pena.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora